

dade temporal, terrena, numa união duradoura das pessoas, numa afirmação profunda dos seus valores! Com maior razão, o corpo se não é humilde e subordinado à verdade integral sobre a felicidade humana pode obscurecer a sua visão suprema, a união da pessoa humana com Deus-pessoa. Assim é preciso interpretar o *Sermão da montanha*: «Bern-aventurados os limpos de coração, porque verão a Deus». Acrescentemos que a verdade sobre a união da pessoa humana com Deus pessoa, que deve realizar-se plenamente na eternidade, esclarece ainda melhor o valor do amor humano, a união do homem e da mulher enquanto duas pessoas. É significativo que o Antigo e o Novo Testamento falem do «matrimónio» de Deus com a humanidade (no povo eleito, na Igreja) e os contemplativos, do «matrimónio místico» da alma com Deus.

Passemos agora ao exame dos dois elementos da virtude da castidade: o pudor e a continência.

II. METAFÍSICA DO PUDOR

6. O fenómeno do pudor sexual e a sua interpretação

Alguns fenomenólogos houve (M. Scheler, F. Savicki) que estudaram nestes últimos tempos o problema do pudor, sobretudo o pudor sexual. É um tema que abre vastas perspectivas e que exige uma análise pormenorizada. Sem aprofundar a questão, poder-se-ia dizer que no fenómeno do pudor há sempre uma tendência a dissimular quer factos exteriores quer estados interiores. Não se pode todavia simplificar excessivamente o problema afirmando que só se esconde o que se considera um mal; temos muitas vezes «vergonha» do bem, por exemplo duma boa acção. Pode ser que neste caso o pudor não se refira tanto ao bem mesmo, mas ao facto de exteriorizar o que deveria permanecer oculto: é essa exteriorização que se considera como um mal. Assim se pode dizer que o pudor aparece no momento em que, aquilo que deveria permanecer interior, por motivo da sua essência ou da sua finalidade, deixa a interioridade da pessoa para se manifestar no exterior dum modo ou doutro.

Verifica-se assim que o pudor está expressamente ligado à pessoa. Não vamos discutir aqui a questão de saber se este fenómeno aparece também no mundo animal. Parece até que o que nós experimentamos são apenas formas diversas de temor. O temor é um sentimento negativo, provocado sempre pela

ameaça dum mal. Evidentemente, a percepção ou a representação do mal precedem o temor e fazem-no nascer. O pudor porém difere do temor, embora exteriormente possa assemelhar-se-lhe. Quando um homem tem vergonha, este sentimento vai acompanhado do temor de que a gente chegue a saber aquilo que, segundo ele, deveria permanecer oculto. O temor está, pela ligação ao pudor, mas, em relação a ele, não é senão marginal e indirecto. A essência do pudor é mais do que temor e não pode perceber-se senão caindo bem na conta daquela verdade a que já nos referimos antes, isto é, que a pessoa possui uma interioridade que pertence a ela só. Daqui nasce a necessidade de esconder ou de manter fechados na própria interioridade certos valores e certos factos. Pelo contrário, não existe necessariamente um laço entre a interioridade da pessoa e o temor. O temor não é mais que uma simples reacção a um mal percebido, representado ou do qual se tomou consciência. Semelhante reacção não implica essa interioridade sem a qual não se pode compreender o pudor. A necessidade sintomática para o pudor, de ocultar certos factos ou valores, nasce no homem porque encontra em si um campo propício: a sua vida interior é muito diferente do simples facto de dissimular uma reacção de temor que pode esconder-se no psiquismo, coisa que parece também possível nos animais. O pudor está, pelo contrário, ligado à pessoa e ao seu desenvolvimento, ao da sua personalidade.

O que aqui nos interessa é o pudor sexual. As suas manifestações referem-se ao corpo; em certo sentido, é simplesmente *pudor do corpo* referente às partes e órgãos que determinam o sexo. Os homens têm uma tendência quase geral a esconder os seus olhos dos outros, e sobretudo aos das pessoas do outro sexo. Assim se explica em grande parte a necessidade de encobrir a nudez. Evidentemente, intervem aqui também outros elementos, e antes de tudo a necessidade de proteger-se do frio: os povos primitivos das regiões tropicais vivem mais ou menos nus. Numerosos factos relativos aos seus costumes provam que a nudez para eles não se identifica com a falta de pudor.

Assim, por exemplo, o facto de cobrir certas partes do corpo é que representa para eles precisamente um sinal dessa falta de pudor. O que aqui intervem é, sem dúvida, um uso, um costume devido às condições atmosféricas. A nudez é entre esses povos uma função de adaptação do organismo a estas condições, de modo que não se pode ver nisso directamente nenhuma outra intenção; pelo contrário, tal intenção pode facilmente ser associada ao facto de encobrir as partes do corpo que determinam a diferença de sexo. É evidente, pois, que o vestido tanto pode servir para escondê-las como para pô-las em evidência. Como vamos verificar, o pudor não se identifica de maneira tão simplista com o uso de vestidos, nem a falta de pudor com a nudez parcial ou integral. Não há nisso senão um elemento relativo e marginal. Pode-se quando muito concluir que a tendência para encobrir o corpo e as suas partes sexuais anda a par com o pudor, mas não constitui a sua essência.

Contudo, é essencial a tendência a esconder os próprios valores sexuais, na medida sobretudo em que constituem na consciência duma pessoa um «possível objecto de prazer». Por isso, não observamos tal fenómeno nas crianças, para as quais o campo dos valores sexuais não existe, porque não lhes são ainda acessíveis. A medida que vão adquirindo consciência deles vão sentindo o pudor sexual; nesse momento, o pudor não é para eles uma coisa imposta do exterior, mas uma exigência interior da sua personalidade nascente. O desenvolvimento da pudicícia — chamaremos assim a apudicção e a disposição para sentir vergonha — segue nas meninas e nas mulheres um caminho diferente do que assume nos rapazes e nos homens. Este facto está ligado às diferenças de estrutura das forças psíquicas e à relação da sensualidade com a efectivação, que sublinhámos no decurso da análise psicológica do amor. Sendo como é geralmente mais forte e mais acentuada nos homens, a sensualidade, que faz considerar o corpo como um possível objecto de prazer, era de esperar que o pudor, enquanto tendência a dissimular os valores sexuais do corpo, fosse mais pronunciado nas raparigas e nas mulheres. Mas, nelas a afec-

tividade prevalece sobre a sensualidade. E estando assim a sensualidade escondida na afectividade, não a sentem tanto e são menos conscientes dela e da sua natural orientação do que os homens. Por isso se diz muitas vezes que a mulher é por natureza menos sensual, mais casta do que o homem, (expressão que aliás não tem nada que ver com a virtude da castidade). Efectivamente ela é mais casta, porque é mais sensível aos valores da pessoa, a uma certa masculinidade *psíquica* (embora exista sempre uma influência da masculinidade *física*). Além disso, as duas formas de masculinidade são sentidas pela mulher de preferência no campo psíquico. Ora é precisamente isto que pode tornar o pudor difícil à mulher. Com efeito, não encontrando em si mesma uma sensualidade tão forte como a do homem, sente menos necessidade de esconder o próprio corpo, possível objecto de prazer. Por isso é necessário um certo conhecimento do psiquismo masculino para a formação do pudor na mulher.

O desenvolvimento da pudicícia no rapaz ou no homem apresenta em geral, um processo diferente. O homem não tem tanto a tenner da sensualidade da mulher como ela tenner a dela. Pelo contrário, sente interiormente a sua própria sensualidade, o que constitui para ele uma fonte de vergonha. Os valores sexuais para ele estão mais estreitamente ligados ao corpo e ao sexo enquanto possíveis objectos de prazer e tornam-se assim fonte de vergonha. Tem por isso vergonha de sentir dentro de si os valores sexuais da mulher. Tem também vergonha dos valores sexuais do seu próprio corpo. Isto pode ser uma consequência daquilo: tem vergonha do próprio corpo, porque tem vergonha do modo como reage ao corpo da mulher. Evidentemente tem vergonha do próprio corpo também de maneira por assim dizer imanente, se definimos a outra como relativa. O pudor não é só uma resposta a uma reacção sensual e sexual ao corpo enquanto objecto possível de prazer, uma contraracção, mas é também, e sobretudo, uma exigência interior de impedir que a mulher reaja ao corpo do homem de modo incontrolável com o valor do homem como pessoa. Aqui precisamente

nasce a pudicícia, por outras palavras, uma disposição constante para evitar o que é impudico.

Evidencia-se aqui o profundo laço entre o fenómeno do pudor e a natureza da pessoa. A pessoa é senhora de si mesma; ninguém, excepto Deus Criador, pode ter sobre ela algum direito de propriedade. Ela pertence-se a si, tem o direito de autodeterminação; portanto ninguém pode atentar contra a sua independência. Ninguém pode tornar-se dono dela como propriedade, a não ser que ela consinta, dando-se por amor. Esta inalienabilidade objectiva da pessoa e a sua inviolabilidade encontram expressão precisamente no fenómeno do pudor sexual, que não é senão um reflexo natural da essência da pessoa. Por um lado, precisa da vida interior da pessoa, único em que pode aparecer, e por outro, como veremos aprofundando a nossa análise, precisa do mesmo ser da pessoa, que constitui a sua base natural. Só a pessoa pode sentir vergonha, porque só ela, por natureza pode constituir objecto de prazer (nas duas accepções do termo). O pudor sexual é em certa medida, uma revelação do carácter supra-utilitário da pessoa, tanto do homem como da mulher.

Assim que se vê como toda a moral sexual se funda na correcta interpretação do pudor sexual. Para compreendê-lo tal como é, não basta a descrição do fenómeno, seja embora penetrante como a dos fenomenólogos; é indispensável a sua interpretação metafísica. Assim, a moral sexual pode encontrar na experiência do pudor um ponto de partida experimental. De facto, todas as nossas reflexões anteriores, sobretudo as do primeiro capítulo, podem deduzir-se facilmente do pudor, como simples facto experimental. Na nossa interpretação deste facto, tomamos em consideração a verdade total sobre a pessoa, isto é, procuramos definir o ser. Só assim o pudor sexual pode explicar-se definitivamente. A pessoa encontra-se no centro, e constitui ao mesmo tempo a sua base. Ainda que os valores sexuais sejam o objecto directo do pudor, o seu objecto indirecto é a pessoa e a atitude adoptada para com ela pela outra pessoa. Trata-se de evoluir em relação à pessoa, qualquer atitude — passiva na mu-

lher ou activa no homem — que seja incompatível com o carácter supra-utilitário da pessoa e com a «personalidade» do seu ser. Mal aparece o perigo duma tal atitude precisamente em relação aos valores sexuais inerentes à pessoa, o pudor manifesta-se logo como uma tendência para os esconder. É uma tendência natural e espontânea: graças a este exemplo, damos conta de como a ordem moral está estreitamente ligada à ordem ótica. A moral sexual tem as suas raízes nas leis da natureza.

Mas esta tendência espontânea, que observamos no homem e na mulher, para ocultar os valores sexuais e a vida sexual, tem também outro significado, mais profundo. Não se trata só de evitar a reacção da pessoa de sexo diferente, e nem sequer a sua própria reacção análoga. Porque, a par desta fuga perante uma reacção limitada aos valores sexuais, vai o desejo de provocar o amor, reacção ao valor da pessoa no outro, e à vivência desse amor em si próprio. A primeira reacção é talvez mais evidente na mulher, a segunda no homem, embora isto não se deva tornar demasiado à letra. A mulher tende a tornar-se objecto do amor para poder amar. O homem quer amar para chegar a ser objecto de amor. Nos dois casos, o pudor sexual não é uma fuga diante do amor, mas, pelo contrário, é um meio para chegar a ele. A necessidade espontânea de esconder os valores sexuais é uma maneira natural de permitir que se descubram os valores da própria pessoa. O valor da pessoa está intimamente ligado à sua inviolabilidade, pelo facto de ser alguma coisa mais do que um objecto de prazer. O pudor sexual é um movimento instintivo de defesa, que protege este estado de coisas, portanto também o valor da pessoa. Mas não se trata apenas de protegê-lo. Trata-se de revelar esse valor precisamente em relação com os valores sexuais que lhe estão ligados na pessoa. O pudor não revela o valor da pessoa de modo abstracto, como um valor teórico que só pode ser apreendido através da reflexão pelo contrário, põe-no em evidência de modo vivo e concreto ligado aos valores do sexo, se bem que ao mesmo tempo superior a eles. Daqui, o sentimento de inviolabilidade, que se traduz na mulher com «não me toques, ainda que seja com o teu desejo

interior», e no homem com «não posso tocá-la, nem sequer com o meu desejo interior; ela não pode ser objecto de prazer». Este temor do «contacto», característico das pessoas que verdadeiramente se amam, é uma expressão indirecta da afirmação do valor da pessoa mesma, e já sabemos que é o elemento constitutivo do amor no sentido próprio, isto é, moral, da palavra.

Existe também uma vergonha natural do amor físico, e é com razão que se fala, a propósito dele, de intimidade. O homem e a mulher no momento do acto carnal evitam que os outros os olhem, e toda a pessoa moralmente sã julgaria sumamente indecente não evitar esses olhares. Poder-se-á dizer que existe uma certa divergência entre a importância objectiva do acto e a vergonha que o rodeia na consciência dos homens (e que não tem nada que ver com o falso pudor, ou afectação — já falámos disto no primeiro capítulo). A vergonha é justa, porque há razões profundas para esconder aos olhares de terceiros as manifestações do amor entre o homem e a mulher, e sobretudo as suas relações carnis. O amor é uma união de pessoas que implica a sua união física nas relações sexuais. Estas constituem um prazer sexual comum, em que o homem e a mulher reagem reciprocamente aos seus valores sexuais. Este acto sexual pode estar essencialmente ligado ao amor. Encontra então nele a sua razão e justificação objectiva, que leva a vencer a vergonha naquelles que o realizam. Voltaremos ao assunto mais adiante.

Mas estas duas pessoas são as únicas que têm consciência desta razão e desta justificação; só para eles este seu amor é um assunto de «interioridade» de almas e não só de corpos. Para todos os outros que são estranhos ao acto só existem as manifestações exteriores deste, ao passo que a união das pessoas, essência objectiva do amor, permanece para eles imperceptível. Compreende-se, por isso, que o pudor, que tende a esconder os valores sexuais para proteger o valor da pessoa, tenda também a esconder o acto sexual para proteger o valor do amor. É, portanto, um pudor não só relativo, mas também imanente.

A vida sexual é constituída de factos, que exigem sempre uma certa discrição. O homem, em geral, tem vergonha do que

sucede nele sem ser um acto consciente da sua vontade; assim tem vergonha dos comportamentos apaixonados, explosões de ira, por exemplo, ou acessos de medo, e ainda mais de certos processos fisiológicos que têm lugar em circunstâncias determinadas e independentes da sua vontade, cuja acção se limita a provocar ou a admitir estas circunstâncias. Encontramos nesta uma confirmação do carácter espiritual da interioridade da pessoa, que vê um certo «mal» em tudo o que não é totalmente interior, racional, espiritual. Como este «mal» tem uma grande parte na vida sexual, já se vê a necessidade de esconder o amor na medida em que toca no corpo e no sexo.

7. A lei da absorção da vergonha pelo amor

Visto de fora, o amor, no seu aspecto físico, é inseparável da vergonha. Contudo entre as pessoas que se amam, produz-se um fenómeno característico, que chamaremos «absorção da vergonha pelo amor». A vergonha é absorvida pelo amor, de modo que o homem e a mulher a deixam de sentir nas suas relações sexuais. Este processo tem uma enorme importância, do ponto de vista da moral sexual, fornece uma indicação que se pode utilizar em moral. Não se pode compreender isso sem ter entendido bem a relação exacta que, no ser humano e no amor, existe entre o valor da pessoa humana e os valores sexuais.

Ao analisar o fenómeno do pudor sexual, verificámos que se trata dum facto que tem um profundo significado pessoal e social. Por isso, o pudor não tem razão de existir senão no mundo das pessoas. Este facto tem aliás um duplo aspecto: por um lado, fuga, tendência a esconder os valores sexuais para que não ofusquem o valor da própria pessoa; por outro, desejo de suscitar o amor e de experimentá-lo. Assim o pudor em certo sentido abre o caminho ao amor.

Que o amor absorva a vergonha sexual não quer dizer que a elimine, mas muito ao contrário: reforça o sentimento do pudor, porque só se realiza plenamente no respeito mútuo pro-

fundo por ele. A palavra «absorção» significa unicamente que o amor utiliza os elementos do pudor sexual e sobretudo a consciência da justa proporção entre o valor da pessoa e os valores do sexo, proporção que o pudor revela ao homem e à mulher como natural e espontaneamente sentida. Se não se atende a isto, a consciência desta proporção pode desaparecer em prejuízo das pessoas e do seu amor.

Portanto, em que consiste a absorção da vergonha pelo amor e como se explica? Tenha-se presente que o pudor constitui uma espécie de defesa natural da pessoa, que a protege contra o perigo de rebaixar-se ou de ser rebaixada à categoria de objecto de prazer sensual. Como sublinhámos já várias vezes, isto seria contrário à própria natureza da pessoa. É preciso que a pessoa não aceite ser tratada como objecto de prazer, e que não rebaixe a outra pessoa a esse nível. Nos dois casos, o pudor, que envolve com tanto cuidado o acto do amor, em particular o acto carnal, assim como o corpo, opõe-se a isso. E é por isso que ele abre naturalmente o caminho ao amor.

O que é essencial, no amor, é a afirmação do valor da pessoa, baseando-se nesta afirmação, a vontade do sujeito amante tende para o verdadeiro bem da pessoa amada, para o seu bem integral e absoluto, que se identifica com a felicidade. Esta orientação da vontade opõe-se a toda a tendência para o prazer. Amar é considerar a pessoa amada como objecto de prazer, incluem-se reciprocamente. A vergonha, forma de defesa contra tal atitude, desaparece pois no amor, porque nele perde a sua razão de ser objectiva. Mas só desaparece na medida em que a pessoa amada também ela ama e — mais importante — está pronta a dar-se por amor. É preciso recordar aqui as conclusões a que chegámos no decurso da nossa análise do amor espontâneo. A lei da absorção da vergonha pelo amor explica-nos psicologicamente todo o problema da castidade ou, mais exactamente, da pudicícia conjugal. É um facto que as relações sexuais dos esposos não são simplesmente uma forma de impudicícia tornada legal graças ao acto de matrimónio, mas pelo contrário são conformes às exigências interiores do pudor (a não ser que

sejam os próprios esposos a torná-las impudicas com o seu modo de realizá-las).

Considerando o problema no seu conjunto (coisa para que nos preparou a análise integral do amor, desenvolvida no capítulo anterior), somos levados a verificar que só o amor verdadeiro, isto é, o que possui plenamente a sua essência moral, é susceptível de absorver a vergonha. Isto é perfeitamente compreensível já que a vergonha é uma manifestação da tendência a esconder os valores sexuais para que estes não ofusquem o valor da pessoa. A pessoa deve predominar e a afirmação do seu valor deve penetrar toda a vida sexual.

Se esta é a atitude daqueles que se amam, já não têm motivo nenhum para sentir vergonha da sua vida sexual, pois já não têm que temer que essa vida ofusque os valores das suas pessoas, nem atente contra a sua inalienabilidade e inviolabilidade. Mesmo que a sensualidade, segundo o seu modo característico, reaja ao corpo como a um possível objecto de prazer, a vontade mantém-se orientada pelo amor para o verdadeiro bem da pessoa e não para o prazer, o que não exclui, contudo, as relações conjugais, nem portanto, o prazer sexual comum. A necessidade de pudor foi interiormente absorvida pelo amor profundo da pessoa. Já não é necessário, pois, dissimular interior ou exteriormente a atitude do prazer a respeito da pessoa amada, uma vez que essa atitude se encontra compreendida no amor da vontade. A afirmação do valor da pessoa penetra todas as reacções sensuais e afectivas, que se referem aos valores sexuais, a tal ponto que a vontade já não é ameaçada por uma orientação para o prazer, incompatível com a atitude que deve ter para com a pessoa. Pelo contrário, esta orientação influi na vontade, de modo que o valor da pessoa é não só apreendido de modo abstracto, mas também experimentado em profundidade. Nessa altura o amor atinge a sua plenitude psicológica e absorção da vergonha realiza-se de maneira perfeita. A mulher e o homem podem constituir «uma só carne», segundo as palavras do *Génesis* (2,24), com as quais o Criador definiu a essência do matrimónio. E esta unidade em uma só carne não será de modo nenhum

uma forma de impudícia, mas sim a realização mais completa da união das pessoas, que deriva dum amor esponsal recíproco. O problema da procriação está estreitamente ligado a essa união, mas tratá-lo-emos no capítulo IV.

É preciso, contudo, sublinhar o perigo ligado a este fenómeno característico da absorção da vergonha pelo amor. O pudor está profundamente radicado no próprio ser da pessoa. Eis porque foi necessário recorrer à metafísica da pessoa para explicar a sua essência. Mas subsiste o perigo de tratar com demasiada superficialidade tanto a vergonha como o facto da sua absorção, que se realiza normalmente só através do amor. Sabemos que, subjectivamente, a vergonha é um sentimento negativo que se assemelha um pouco ao temor. Porque a vergonha é o temor ligado aos valores sexuais. Desaparece quando surge a convicção de que estes valores já não se limitam a provocar unicamente o «desejo sexual». Vai também desaparecendo à medida que aparece o amor, à medida que a consciência vai acompanhada duma atitude afectiva. O sentimento de amor tem por isso o poder de absorver o da vergonha, de libertar da vergonha a consciência do sujeito. Este processo emotivo-afectivo encontra-se na origem da opinião, muito espalhada, segundo a qual o *sentimento* (*de amor*) confere ao homem e à mulher o direito à união física e às relações sexuais. Esta opinião é errada, porque o simples facto de experimentar o sentimento do amor, seja embora recíproco, está bem longe de equivaler ao verdadeiro amor de vontade. Este implica, de facto, uma escolha recíproca das pessoas, fundada numa profunda afirmação do seu valor e tendente à sua união duradoura no matrimónio, acompanhada ao mesmo tempo duma atitude relativa ao problema da procriação, clara e definida. O amor das pessoas possui um aspecto nitidamente objectivo, e é necessário que o possua. Enquanto emoção afectiva, só tem muitas vezes um carácter subjectivo, faltando-lhe maturidade do ponto de vista moral. Dissemos e repetimos várias vezes que, neste campo, é preciso não confundir utilização de materiais e esforço, nem identificar amor com aventura erótica.

Segue-se daqui que a absorção da vergonha pelo amor tem bastante mais que um significado emotivo-afectivo. De facto, não basta que a vergonha tenha sido eliminada por um «amor» qualquer, porque isto é precisamente oposto ao essencial do pudor sexual bem compreendido. Pelo contrário, nas uniões eróticas, há sempre uma forma de impudor. O impudor aproveita-se destas uniões eróticas para se fazer legítimar. A facilidade com que o sentimento de vergonha se apaga perante o primeiro estado erótico emotivo-afectivo, é a negação mesma da vergonha e do pudor. A verdadeira vergonha dificilmente cede (gracias a isto, nunca nos deixa acabar numa situação impudica). Só pode ser absorvida por um amor verdadeiro, aquele que, afirmando o valor da pessoa, procura com todas as suas forças o bem mais completo do seu objecto. Esta vergonha é uma força real e moral da pessoa. Mas como corre o perigo de diminuir por certas influências quer por razões interiores (há pessoas por natureza menos pudicas do que outras) quer exteriores (diferenças de opinião, de estilo de vida e de comportamento relativo das mulheres e dos homens, de ambientes diferentes e em épocas diferentes), há necessidade de educar o pudor sexual em estreita ligação com a educação do amor, precisamente porque um autêntico pudor exige segundo a lei da sua absorção, um amor verdadeiro e válido.

8. O problema do impudor

A luz do que dissemos a propósito do pudor sexual e da absorção da vergonha por parte do amor, procuraremos agora examinar o problema do impudor. A própria palavra já indica por si mesma a negação ou a falta de pudor, o que na prática é o mesmo. Sucede-nos às vezes observar, nas pessoas dos dois sexos, modos diversos de ser e de comportar-se, situações que julgamos impudicas, ao verificar que não guardam as exigências do pudor e estão em contradição com as suas normas. Uma certa relatividade da definição do que é impúdico explica-se pelas dife-

renças nas disposições interiores duns e doutros, tais como o grau de sensibilidade sensual ou o nível da cultura moral do indivíduo, e até a sua «weltanschauung». Esta relatividade, como dissemos, explica-se também pelas diferenças das condições externas: clima, costumes, hábitos, etc.

Mas esta relatividade de valorização das diversas manifestações das relações sexuais não prova de modo nenhum que o impudor em si seja relativo, nem que não haja no nosso comportamento elementos decisivos permanentes, embora diversos condicionamentos internos e externos imponham a homens diversos ou a ambientes sociais diferentes noções diferentes acerca do que é púdico ou impúdico. Não é nossa intenção maliciar agora essas divergências, mas pôr antes em evidência os elementos comuns.

O pudor é a tendência, particular do ser humano, a esconder os próprios valores sexuais, na medida em que podem ser susceptíveis de encobrir o valor da pessoa. É um movimento de defesa da pessoa que não quer ser objecto de *prazer*, nem de acto, nem sequer na intenção, mas que quer, pelo contrário, ser objecto de amor. A pessoa, precisamente porque se sente em condições de poder tornar-se objecto de *prazer* por causa dos seus valores sexuais, procura dissimular esses valores. Dissimula-os todavia só em parte, porque querendo permanecer objecto de amor, deve deixá-los visíveis na proporção em que o amor precisa deles para nascer e existir. Com esta forma de pudor, que se poderia chamar «pudor do corpo», porque os valores sexuais estão exteriormente ligados sobretudo ao corpo, ainda junta outra forma que chamámos «pudor dos actos de amor» e que é uma tendência a esconder as reacções pelas quais se manifesta a atitude de prazer com respeito ao corpo e ao sexo. Esta tendência tem a sua origem no facto de o corpo e o sexo pertencerem à pessoa, a qual não pode ser objecto de prazer. Só o amor é capaz de absorver verdadeiramente as duas formas de pudor.

O impudor destrói toda esta ordem. Analogamente à distinção entre pudor do corpo e pudor dos actos de amor, podem-se

distinguir duas formas parecidas de impudor. Definiremos como impudor do corpo o modo do ser ou de comportar-se numa pessoa concreta, quando põe em primeiro plano os valores do sexo, de modo que eles ocultem o valor essencial da pessoa. Por conseguinte a pessoa mesma encontra-se na situação dum objecto de prazer (sobretudo na segunda acepção do termo), a dum ser de que alguém se pode servir sem amá-lo. O impudor dos actos de amor é a recusa oposta pela pessoa à tendência natural da sua interioridade a sentir vergonha das reacções e actos em que a outra pessoa apareça unicamente como objecto de prazer.

Esta vergonha interior dos actos de amor não tem nada de comum com a atitude pudibunda ou falso pudor, que consiste na dissimulação das verdadeiras intenções sexuais. Uma pessoa pudibunda, e que ao mesmo tempo se deixa levar pelo desejo de prazer, procura criar aparências de desinteresse ou falta de atractivo pelo sexual e chega até a condenar todas as manifestações sexuais, mesmo as mais naturais, e tudo o que diz relação ao sexo. Muitas vezes, aliás, semelhante atitude não é falso pudor, isto é, uma forma de hipocrisia, mas simplesmente uma espécie de prevenção ou convicção de que tudo o que se refere ao sexo não pode deixar de ser objecto de prazer, que o sexo só pode fornecer ocasiões de prazer, e que jamais abreja caminho ao amor. Esta opinião está elivada de maniqueísmo e está em desacordo com a maneira de ver os problemas do corpo e do sexo que encontramos no *Génesis* e sobretudo no Evangelho. O verdadeiro pudor dos actos de amor nunca se identifica com o falso pudor, mas é uma sã reacção contra toda a atitude que pretenda reduzir a pessoa à categoria dum objecto de prazer. Contra tal atitude a respeito de pessoa — neste caso a mulher — protestou Cristo pronunciando as palavras que já citámos: «Todo o que olha para uma mulher, cobijando-a, já cometeu adultério...» (Mt. 5,28). Trata-se aqui, como se vê, dum acto interior. O falso pudor está ligado muitas vezes, e até dum maneira geral, ao impudor das intenções. É muito distinto do impudor dos actos de amor. Já falámos da relatividade dos

juízos sobre o que é ou não impúdico, sobretudo quando se trata dum facto exterior, que entra no modo de ser ou de comportar-se. Um problema diferente se põe quando se trata de considerar impúdico um facto interior, por exemplo, o modo de pensar ou de sentir os valores do sexo e de reagir perante eles. Aqui não existe estreita correlação entre os indivíduos, mesmo que vivam na mesma época e na mesma sociedade. Sobretudo as opiniões das mulheres divergem das dos homens e vice-versa. Com efeito, uma mulher não considera impúdico esta ou aquela maneira de vestir («impudor do corpo»), ao passo que determinado homem e até muitos homens a acharão indecente. E inversamente, um homem pode ser, no seu foro interno, impúdico em relação a uma ou mais mulheres («impudor dos actos de amor»), embora nenhuma delas o tenha provocado com uma conduta ou com um modo de ser impúdicos, por exemplo com o seu modo de vestir, de bailar, etc.

Contudo, alguma correlação existe neste campo: o pudor do corpo é necessário porque o impudor dos actos de amor é possível; e o pudor destes actos é necessário porque o impudor do corpo é possível. Mas é difícil apanhar bem esta correlação em todos os casos particulares. Por isso, é preciso admitir que a possibilidade do impudor num caso como noutro é uma realidade mais frequente. A formação dos costumes sexuais deve ter isso em conta, sem cair no puritanismo: uma severidade exagerada pode facilmente levar a um falso pudor.

Mencionámos de passagem a questão do vestuário. É uma das questões particulares em que se põe mais vezes o problema do pudor e do impudor. É difícil aprofundar aqui todos os pormenores ou examinar os matizes característicos da moda masculina ou feminina. O problema do pudor e do impudor está certamente ligado a esta questão, embora de maneira muito diferente de como se é levado geralmente a crer.

Sabemos que o vestuário pode contribuir de vários modos para pôr em evidência o sexo (acrescentemos que, mesmo prescindindo das disposições inatas ou adquiridas do indivíduo, estes modos variam segundo as circunstâncias). Por outro lado, isso

é em certo sentido inevitável, mas não há razão para que suceda em contradição com o pudor. No vestir não há nada de impúdico a não ser aquilo que ao sublinhar o sexo, o faz de tal maneira que contribua claramente para ofuscar o valor mais essencial da pessoa e inevitavelmente acabe por provocar uma reacção à pessoa como a um possível objecto de prazer em razão do seu sexo, impedindo assim a reacção à pessoa enquanto objecto possível de amor, graças ao seu valor de pessoa.

O princípio é simples e evidente, mas a sua aplicação creta depende dos indivíduos, dos ambientes e da sociedade. O vestuário é sempre um problema social; é, portanto, uma função dos costumes (sãos ou malsãos). Simplesmente é preciso sublinhar que as considerações de natureza estética, embora aqui possam parecer decisivas, não são as únicas a ter em conta nem o podem ser: ao lado delas existem considerações de natureza moral. Infelizmente, o homem não é um ser tão perfeito que a vista do corpo humano, sobretudo doutro sexo, possa despertar nele só uma inocente complacência e um inocente amor. Na realidade provoca a concupiscência.

Mas isto não significa de modo nenhum que o impudor do corpo se identifique simplesmente com a nudez parcial ou integral. Há circunstâncias em que a nudez não é impúdica. Não alguém se aproveita disso para tratar a pessoa como objecto de prazer (seja embora só com actos interiores), é o único a cometer um acto impúdico (impudor dos actos). O impudor do corpo só interveém no momento em que a nudez desempenha uma função negativa em relação ao valor da pessoa. Pode dizer-se que sucede então o que poderia chamar-se uma despersonalização pela sexualidade. Mas é possível evitá-la. Mesmo quando a nudez está ligada ao acto carnal, a dignidade da pessoa pode manter-se plenamente preservada. Assim deveria suceder no matrimónio, em que existem as condições objectivas necessárias para a absorção da vergonha pelo amor. Voltaremos a isto ainda no próximo capítulo. Em todo o caso, só considerando assim a função do corpo no amor das pessoas, se pode chegar ao pudor e à pureza das relações conjugais; e isto é um prin-

cípio que aparece continuamente na doutrina católica. Embora o impudor do corpo se não identifique com a nudez, é necessário um real esforço interior para evitar adoptar uma atitude impúdica perante um corpo nu. Acrescentemos, contudo, que o impudor dos actos também não se identifica com a reacção espontânea da sensualidade, que considera o corpo e o sexo como um possível objecto de prazer. O corpo humano em si mesmo não é impúdico e a reacção da sensualidade, como a própria sensualidade, também o não são; o impudor nasce na vontade que faz sua a reacção da sensualidade e reduz a outra pessoa, por causa do seu corpo e do seu sexo, à categoria de objecto de prazer.

E já que falamos do vestuário em relação ao problema do pudor e do impudor, vale a pena chamar a atenção para o aspecto funcional do vestuário, evidente por ocasião dos grandes cultores, ou na visita ao médico, no banho, ou durante um trabalho físico. Para qualificar, do ponto de vista moral, um modo de vestir, é preciso tomar em consideração a função que tem determinado vestido. Não se pode ter por impúdica uma nudez parcial do corpo, se desempenha uma função objectiva. Pelo contrário, o uso dum vestido que descubra o corpo sem uma razão objectiva é impúdico, e como tal deve ser considerado. Não é contrário ao pudor tomar banho com o fato de banho, mas é impúdico andar com ele pela rua em passeio.

Não podemos deixar de apontar a questão particular da *pornografia*. Isto é, do impudor na arte. É um problema vasto e complexo, por causa da diversidade das artes. Para o nosso caso interessa apenas saber o essencial. O artista, escritor, pintor, escultor, etc, apresenta na sua obra os seus próprios pensamentos, sentimentos e atitudes, mas a sua arte serve também para outro fim: tem de captar e comunicar um aspecto do real. A sua particularidade essencial é a beleza. Uma realidade frequentemente expressa pelo artista é precisamente o amor e, nas artes plásticas, o corpo humano. Isto prova indirectamente quanto esse assunto é importante no conjunto da vida humana. Um nome da verdade, a arte tem o direito e o dever de repro-

duzir o corpo humano, assim como o amor do homem e da mulher, como são na realidade; tem o direito e o dever de dizer toda a verdade. O corpo é uma parte autêntica da verdade sobre o homem, como os elementos sensuais e sexuais são uma parte autêntica do amor humano. Mas não é justo que esta parte oculte o conjunto, e é precisamente isso que muitas vezes sucede na arte.

É preciso investigar mais em profundidade para chegar a descobrir a essência do que chamamos pornografia na arte. É uma tendência a pôr na representação do corpo humano e do amor o acento sobre o sexo, a fim de provocar no leitor ou no espectador a convicção de que os valores sexuais são o único objecto do amor, porque são os únicos valores da pessoa. Esta tendência é nociva, porque destruidora da imagem integral do amor, anteriormente recordada. Ora a arte deve ser verdadeira e a verdade sobre o homem é que ele é uma pessoa.

A obra de arte deve deixar transparecer esta verdade, prescindindo da medida em que é levada a tratar do sexo. Se contém uma tendência a deformá-la, não dá o real. Mas a pornografia não é só um erro ou uma falta, é tendência. Quando uma imagem deformada é dotada de atractivos do belo, é muito mais provável que se fixe na consciência e na vontade do indivíduo que a contempla. Neste campo, a vontade humana está pronta a aceitar falsas imagens do real. Por isso muitas vezes, quando se censura a alguém a pornografia, a responsabilidade recai sobre a sua falta de castidade e de pudor dos actos

III. PROBLEMAS DA CONTINÊNCIA

B. O domínio de si mesmo e a objectivação

Na primeira parte deste capítulo, chamámos a atenção para o facto de a prática da virtude da castidade estar estreitamente ligada à virtude cardinal que S. Tomás de Aquino, seguindo Aristóteles, chamou temperança. A sua função é a de controlar os movimentos da concupiscência do corpo. No campo sexual, é importante examinar o domínio de si mesmo, que predispõe para a aquisição da temperança. Um homem casto, é precisamente um homem que se domina. Aristóteles e S. Tomás falam a este propósito de continência. O homem deve dominar a concupiscência do corpo, dominá-la se é contrária à razão, se se opõe ao bem, ao justo. (É sabido que a razão natural conhece a ordem objectiva da natureza ou pelo menos pode devorla conhecê-la). Assim, proceder de acordo com a razão é a condição da realização desta ordem e da rectidão da acção. É honesto, é recto, o que está de acordo com a razão, o que é digno do ser racional, da pessoa. O princípio da rectidão da acção é, substancialmente, oposto ao princípio da utilidade, que propugnaram os utilitaristas. O domínio da concupiscência do corpo é, pois, digno da pessoa. Quem não o possui, põe em perigo a sua perfeição natural, deixa actuar em si o que lhe é